

IMPACTOS DA PANDEMIA POR SARS-COV-2 NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

IMPACTS OF THE SARS-COV-2 PANDEMIC ON SCHOOL FOOD

Stéfanny Costa Silva^a, Ingrid Garcia de Oliveira^{a*}

a – Centro Universitário Goyazes. Rodovia GO-060, KM 19, 3184 - St. Laguna Park, Trindade - GO, 75393-365, Trindade-GO, Brasil.

*Correspondente: ingryd.oliveira@unigoyazes.edu.br

Resumo

Objetivo: Discorrer sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante a pandemia da Covid 19 no Brasil. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura, do tipo narrativa. A busca dos artigos foi realizada entre os meses de agosto de 2020 a dezembro de 2021, nas seguintes bases de dados: *Scielo*, *BVS*, *Pubmed*, *Medline* e também em periódicos nacionais especializados indexados no site de busca Google Acadêmico. **Resultados:** Durante a pandemia diferentes estratégias foram implementadas para a continuidade do PNAE, com destaque para a entrega de kits alimentação, com recomendações legais para a sua composição e outras disposições. Outro aspecto identificado diz respeito aos desafios para execução da agricultura familiar no âmbito do programa durante a pandemia. Dentre esses desafios estão: a ampliação do valor repassado pelo PNAE para os municípios de acordo com Índice de Desenvolvimento Humano baixo e muito baixo, manter e incentivar a aquisição de alimentos da agricultura familiar e a comercialização dos produtos da agricultura familiar, que tinha como principal clientela as escolas. **Conclusão:** os principais impactos da pandemia para a alimentação escolar foram as mudanças necessárias para a sua execução durante o período de suspensão das aulas. Tais mudanças implicaram na implementação de diferentes estratégias.

Palavras-chaves: Pandemia por Covid-19. Alimentação escolar. Escolares. Política Pública.

Abstract

Objective: Discuss the implementation of the National School Feeding Program (PNAE) during the Covid 19 pandemic in Brazil. **Methodology:** This is a literature review, of the narrative type. The search for articles was carried out between the months of August 2020 and December 2021, in the following databases: *Scielo*, *BVS*, *Pubmed*, *Medline* and also in specialized national journals indexed in the Google Scholar search engine. **Results:** During the pandemic, different strategies were implemented for the continuity of the PNAE, with emphasis on the delivery of food kits, with legal recommendations for its composition and other provisions. Another aspect identified concerns the challenges for carrying out family farming within the scope of the program during the pandemic. Among these challenges are: increasing the value passed on by the PNAE to municipalities according to a low and very low Human Development Index,



maintaining and encouraging the purchase of food from family farming and the sale of products from family farming, which had as its main clientele the schools. Conclusion: the main impacts of the pandemic on school feeding were the necessary changes for its implementation during the period of suspension of classes. Such changes implied the implementation of different strategies.

Keywords: Covid-19 pandemic. School feeding. Schoolchildren. Public policy.

Introdução

A covid -19 é uma doença respiratória causada pelo vírus SARS- CoV-2 que tem como principais sintomas a febre, tosse seca e dificuldade respiratória. Os primeiros casos da doença surgiram na China e espalhou-se para diversos outros países, o que levou a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretar estado de pandemia no dia 11 de março de 2020. Dentre as medidas tomadas para evitar e prevenir o contágio e assim a disseminação da doença. Algumas medidas de precaução foram tomadas no sentido de impedir a disseminação da doença: higienização das mãos com água e sabão; uso de álcool 70%, impedimento de aglomerações ou qualquer situação que ocasione o agrupamento de pessoas em um mesmo local (BRASIL, 2020).

Como forma de conter a infecção e controlar o aumento no número de novos casos, uma das medidas orientadas pelo Ministério da Saúde (MS), por meio da Portaria MS N° 356, de 17 de março de 2020, foi o isolamento social e a quarentena. Tais medidas impactaram diretamente a continuação das aulas presenciais em todas as escolas públicas e privadas brasileiras, levando à suspensão temporária do ano letivo (BRASIL, 2020).

Com a suspensão das aulas nas escolas públicas, muitos estudantes deixaram de receber temporariamente a alimentação escolar, garantida a todo aluno brasileiro matriculado na rede pública de educação básica por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma das políticas públicas para o alcance da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) entre os estudantes de escolas públicas matriculados em todo território nacional. São atendidos pelo PNAE estudantes de todas as fases da educação, sendo desde a infantil até de jovens e adultos, de escolas públicas, filantrópicas conveniadas com o poder público, onde seu principal objetivo é contribuir na aprendizagem, rendimento escolar, e no desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis, por meio de uma alimentação que satisfaçam as necessidades dos alunos durante todo o período letivo (FREITAS, *et al.*, 2020).

Diante disso, com vistas a assegurar a garantia da alimentação como um direito, previsto pela Constituição Federal no artigo 6º, e garantir a universalidade do atendimento do PNAE aos estudantes, em abril de 2020 a Lei nº 13.987 regulamentada pela Resolução CD/FNDE nº 2/2020 autorizou, em caráter excepcional, durante o período de pandemia da COVID-19, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica (BRASIL, 2020). Além disso, a Resolução nº 2 de 9 de abril de 2020, dispõe sobre a utilização dos recursos do PNAE para a garantia da alimentação dos estudantes da educação básica (BRASIL, 2020).

O contexto legal que visa garantir o fornecimento da alimentação escolar adequada e saudável, e assim atender os princípios e diretrizes do PNAE durante a pandemia, é uma das principais ações para o enfrentamento dos agravos alimentares, principalmente entre os grupos de maior vulnerabilidade social na população (PIRES et al., 2020).

O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da covid no Brasil, aponta que no ano de 2020, 55,2% dos lares brasileiros conviveram com algum grau de insegurança alimentar e nutricional no final de 2020. O mesmo estudo alerta que 9% da população vivenciaram insegurança alimentar, grave, isto é, passaram fome nos 3 meses anteriores ao período de levantamento dos dados. De acordo com os pesquisadores o número encontrado de 19 milhões de brasileiros que passaram fome na pandemia COVID-19 é o dobro do que foi registrado em 2009 (VIGISAN, 2021).

O atual cenário alarmante da INSAN no Brasil, tem se agravado desde o ano de 2017, a partir de cortes em políticas públicas essenciais ao acesso à alimentação adequada e saudável. As sucessivas suspensões e cortes nas políticas públicas somado aos impactos diretos da pandemia para a população, caracterizam esse cenário enfrentado hoje (CHAVES et al., 2019).

A garantia do PNAE de acordo com todos os seus princípios e diretrizes, é dever do Estado. Faz-se necessário uma análise da execução dessa importante política de alimentação durante a pandemia, visto que sua operacionalização foi modificada pelas legislações vigentes no período de calamidade pública. A realização do presente estudo se justifica pela necessidade de análise e reflexão sobre as mudanças ocorridas no âmbito do PNAE, para que se mantivesse o fornecimento da alimentação escolar.

Ressalta-se ainda o fato de que os impactos dessas mudanças podem estar relacionados aos diferentes contextos que compõe o PNAE: agricultura familiar, as atribuições das escolas e das Secretarias de Educação no PNAE; as ações de Educação Alimentar e Nutricional; a

reafirmação da cultura e costumes alimentares locais e as atividades dos Conselhos de Alimentação Escolar.

Diante o exposto, o objetivo do presente trabalho foi discorrer sobre a execução do PNAE durante a pandemia da covid 19 no Brasil.

Material e Métodos

O presente estudo é uma revisão de literatura, do tipo narrativa, uma vez que, busca descrever e refletir acerca do assunto abordado na perspectiva e análise crítica pessoal do autor (ROTHER, 2007).

A busca dos artigos foi realizada entre os meses de agosto de 2020 a dezembro de 2021, nas seguintes bases de dados *Scielo*, *BVS*, *Pubmed*, *Medline* e também em periódicos nacionais especializados indexados no site de busca Google Acadêmico.

Para a busca de artigos foram utilizados descritores cadastrados no Dicionário de Descritores em Ciências da Saúde, a saber: Alimentação; Pandemia; Covid-19; alimentação escolar; escola e Programa Nacional de Alimentação Escolar. (DECS, 2021).

Com a leitura dos títulos e resumos dos artigos encontrados, utilizou-se como critérios de inclusão: abordagem a temática pretendida pelo presente estudo; estudos que apresentaram resultados de pesquisa aplicada, ou seja, levantamento de dados, e pesquisas realizadas no Brasil. Foram excluídas publicações cujo título e resumo indicavam temáticas diferentes da pretendida pelo presente estudo, além de artigos de revisão e pesquisas não realizadas no Brasil.

Resultados

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão adotados na metodologia, foram selecionados para o presente estudo seis artigos, os quais estão apresentados no Quadro 1: O Programa Nacional de Alimentação Escolar durante a pandemia da COVID-19.

Quadro 1 . Programa Nacional de Alimentação Escolar durante a pandemia da COVID-19 no Brasil.

Autor, Ano	Título	Objetivos	Resultados
Amorin <i>et al.</i> , 2020	Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19	Analisar a contribuição do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para o enfrentamento da fome e da insegurança alimentar (IA), ao propor um conjunto de estratégias para que o PNAE possa garantir a alimentação dos escolares neste momento de crise.	Foi apresentada como estratégias para o período em que as aulas estiverem suspensas: distribuição de kits ou refeições para escolares, se possível mantendo o caráter universal da política ou beneficiando estudantes das famílias elegíveis para receber o Auxílio Emergencial; ampliar o valor repassado pelo PNAE para os municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo e muito baixo; manter e incentivar a aquisição de alimentos da agricultura familiar.
Oltamari <i>et al.</i> , 2020	Estratégias de Enfrentamento da Pandemia Covid-19 na Alimentação Escolar do Município de Curitiba – PR	Descrever as estratégias utilizadas para o fornecimento da alimentação escolar no município de Curitiba, Paraná, Brasil, no contexto do enfrentamento da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus no ano de 2020	O plano de ação utilizado foi a entrega de kits alimentação, cuja composição, priorizando alimentos <i>in natura</i> e minimamente processados.
		Firmar e legitimar o papel do CECANE para a defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e	Foi observado o panorama do serviço, destacando as diferentes situações e dificuldades enfrentadas durante a

Silva <i>et al.</i> , 2021	Alimentação escolar em tempos de COVID-19: o papel do centro colaborador em alimentação e nutrição no estado do Rio Grande do Norte	da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no cenário da alimentação escolar e reforça a importância de investigações acerca da logística de montagem e distribuição dos alimentos no território nacional, evidenciando a diversidade e dificuldades locais.	execução. Foram realizadas ações de orientação acerca da montagem e distribuição da alimentação escolar, prestação de contas e participação do controle social.
Carvalho <i>et al.</i> , 2021	Agricultura familiar e alimentação escolar: reflexos da pandemia de COVID-19	Discutir os desafios para execução do PNAE em relação à compra da agricultura familiar durante a pandemia pela Covid-19	De maneira geral, pode-se constatar que a comercialização dos produtos da agricultura familiar, que tinha como principal clientela as escolas, foi fatalmente afetado, havendo perdas econômicas expressivas, uma triste realidade econômica, tendo em vista que essas famílias ou grupos são vulneráveis e não possuem outras rendas a não ser a gerada pelas vendas de seus produtos. Como principal alternativa apontada para o problema em estudo é habilitar e preparar os agricultores para participar das chamadas públicas bem como garantir a logística da venda e distribuição dos alimentos na alimentação escolar, mesmo em tempos de pandemia.
Araújo <i>et al.</i> , 2020	Agricultura familiar e o impacto do Covid-19 aos	Analisar o impacto causado aos	Os impactos sobre a comercialização

	<p>Programas de Políticas Públicas - PNAE E PAA</p>	<p>agricultores familiares devido a pandemia – COVID-19 frente aos programas de políticas públicas do Governo Federal PAA e PNAE na região dos Campos Gerais – PR.</p>	<p>foram maiores do que na produção, de acordo com declarações de PPRs e agricultores familiares. A diversidade de formas de se comercializar os produtos agrícolas possibilitou que praticamente todos os PPRs pudessem escoar sua produção, mesmo que em quantidade reduzida. A forma de comunicação mais usada para realizar as transações de venda ou falar com agentes externos foi o celular/aplicativo de mensagens WhatsApp. Por fim, as políticas públicas federais – PNAE, PAA e crédito agrícola – e municipais se mostraram primordiais para viabilizar a cadeia produtiva rural de pequena escala. Porém, a morosidade do Estado em propor e executar políticas públicas prejudicaram esses pequenos produtores rurais em um período de grande vulnerabilidade. Para minimizar os efeitos negativos e as perdas, as ações coletivas e parcerias vinculadas à solidariedade contribuíram para que os PPRs tivessem outras opções de escoarem seus produtos para mercados diversos, e</p>
--	---	--	--

			até mesmo ajudar redes de doações de alimentos para as populações mais carentes.
Nogueira; Marcelino, 2021.	Covid-19 Impactos e estratégias para a comercialização de alimentos da agricultura familiar no DF	Avaliar os impactos e estratégias da comercialização de alimentos da agricultura familiar no Distrito Federal e Entorno durante as restrições impostas pela pandemia de Covid-19.	Com a pandemia de Covid-19, iniciativas dos governos Federal e do Distrito Federal foram rapidamente implementadas, já em março de 2020, para auxiliar os agricultores familiares. A vinculação dos produtores da agricultura familiar a associações e cooperativas fortaleceu os envolvidos na busca de estratégias criativas para o escoamento da produção. Os impactos causados geraram prejuízos financeiros e houve perda de alimentos e produção. Mas apenas 25% dessas associações e cooperativas aguardaram os editais emergenciais para voltar a participar do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). As demais procuraram, como estratégias de comercialização, diversificar ou intensificar canais de distribuição de alimentos, como aumentar o escoamento da

			produção para pequenos mercados e supermercados locais ou aumentar a oferta para os consumidores finais.
--	--	--	--

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

Os estudos incluídos na presente revisão tiveram como foco a abordagem de estratégias que garantem a execução do PNAE durante o período de calamidade pública; além disso outros estudos descreveram aspectos relacionados à agricultura familiar no âmbito do PNAE na pandemia.

Ressalta-se que a análise aqui apresentada é referente ao período em que as aulas foram suspensas, excetuando-se o atual momento de retorno gradual das aulas.

Os resultados da presente pesquisa são analisados a partir da delimitação dos eixos a seguir.

Estratégias para execução do pnae durante a pandemia

No atual período de pandemia as políticas públicas precisaram ser reorganizadas. A suspensão das aulas nas escolas públicas significou a interrupção ou a precarização do acesso à alimentação, o que não apenas impactou no orçamento das famílias, mas também prejudicou quantitativa e qualitativamente a alimentação dos alunos.

Nos estudos analisados as principais estratégias para para a execução do PNAE durante a pandemia foi a entrega dos kits alimentação. A composição desses kits deveriam atender às disposições legais para execução do PNAE durante a pandemia, ou seja, incluir as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira.

As estratégias apresentadas tiveram preocupação em garantir uma composição adequada dos kits, no que se refere a composição alimentar e nutricional. Porém os estudos apresentaram desafios para atender aos critérios nutricionais da alimentação escolar, necessidade de ampliação do valor repassado pelo PNAE para os municípios de acordo com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo e muito baixo, manter e incentivar a aquisição de alimentos da agricultura familiar e a comercialização dos produtos da agricultura familiar, os quais tinham como principal clientela as escolas.

Destaca-se que uma estratégia apresentada em um dos estudos foi a realização de orientações para os atores sociais envolvidos no PNAE, por meio dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição (CECANEs), o que envolve articulação entre os atores sociais, tais como: entidades executoras, Conselhos de alimentação escolar, diretores, coordenadores, nutricionistas e demais gestores do programa.

Agricultura Familiar

De acordo com o que foi apresentado no presente estudo, constatou-se que a pandemia afetou diretamente a agricultura familiar no âmbito do PNAE. Os principais desafios apontados pelos estudos foram: a comercialização dos produtos da agricultura familiar, aspecto que relacionado à morosidade do Estado em propor e executar políticas públicas para o apoio e incentivo dos produtores, dificuldade dos produtores em acessar as transações devido a limitação de uso de aplicativos celulares e/ou redes de internet.

Nesse contexto, os estudos apontaram o papel das redes sociais como estratégia de comunicação entre os agricultores para a viabilização de seus produtos no PANE. Aspectos como: maior divulgação dos produtos e facilidade de comunicação foram citados.

Outras estratégias apontadas que auxiliaram a agricultura familiar no PNAE durante o período de isolamento social na pandemia, foi a vinculação dos produtores da agricultura familiar às associações e cooperativas, uma estratégia coletiva que impulsionou a busca conjunta de estratégias para o escoamento da produção.

Discussão

A alimentação escolar é um direito assegurado na Constituição Federal do Brasil, sendo dever do Estado garanti-la a todos os estudantes matriculados na rede pública de educação básica. As políticas de alimentação no Brasil buscam a efetivação desse direito a partir da garantia de acesso à alimentação saudável e adequada. No âmbito escolar uma das principais estratégias é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (BRASIL., 2020).

Em abril de 2020, pela primeira vez na história do PNAE, a pandemia de Covid-19 implicou em mudanças de caráter excepcional e emergencial na forma de execução do PNAE. Durante o período de suspensão das aulas, os gêneros alimentícios adquiridos com recursos do

programa, passam a ser distribuídos aos pais ou responsáveis de estudantes regularmente matriculados em escolas públicas da educação básica por meio de *kits* (BRASIL, 2020).

De acordo com Carvalho et al., (2021) a distribuição dos alimentos foi uma iniciativa significativa, uma vez que garante a manutenção do acesso aos alimentos pelas famílias dos estudantes. Nesse sentido, é importante refletir acerca de algumas limitações acerca da quantidade e qualidade dos alimentos pelos estados e municípios.

Faz-se necessário uma análise quanto aos aspectos nutricionais dos *kits* de alimentos, tais como a composição nutricional e variedade em termos de grupos alimentares. É importante que os kits atendam as necessidades nutricionais dos escolares de acordo com a faixa etária em que se encontram, além de ser considerado o período em que a criança estaria na escola. Mas, cabe destacar que quando os alimentos chegam às casas, são compartilhados entre os familiares, dificultando a adequação do kit à necessidade nutricional do escolar (NOGUEIRA, et al., 2021).

Por esse motivo, um importante aspecto está na relação à composição nutricional dos alimentos que compõem os *kits*, em sua maioria alimentos processados e ultraprocessados. Para garantir a qualidade nutricional da alimentação escolar, a oferta semanal de frutas e hortaliças deve ser mantida, sempre que possível. Porém, muitos kits ofertados aos estudantes não contemplavam estes itens. Sabe-se que por serem perecíveis, há maior dificuldade no armazenamento e transporte desses gênero (SILVA *et al.*, 2021).

A normatização atual do PNAE estabelece que produtos alimentícios oferecidos devem estar baseados em alimentos *in natura* ou minimamente processados, de modo a respeitar as necessidades nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade, além de se pautar na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na promoção da alimentação adequada e saudável.

De acordo com as disposições legais do PNAE, mesmo durante o período de pandemia, os *kits* devem seguir as determinações da legislação do PNAE no que se refere à qualidade nutricional. Além disso, há o incentivo ao fornecimento de frutas e de hortaliças, bem como à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar (BRASIL, 2020).

Além disso, deficiências nutricionais relacionadas a alguns tipos de micronutrientes pode levar a interferências na função imunológica, contribuindo para o aumento da morbidade e mortalidade por infecções. Já uma alimentação variada, composta por diferentes grupos alimentares, representa fator de proteção para prevenção de agravos ou recuperação de infecções (AMORIN et al., 2020).

A oferta de alimentos *in natura* e minimamente processados pode ser favorecida quando se tem o alcance da compra da agricultura familiar para a alimentação escolar. A pesquisa realizada por Carvalho *et al.*, 2021, aponta para os desafios encontrados durante que implicaram no não fornecimento de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar. Os principais desafios levantados pela pesquisa foi a responsabilidade da compra de alimentos para as famílias, pois essa atividade tornou-se um desafio no que tange a garantia da qualidade nutricional dos alimentos que foram adquiridos e suprimir a possibilidade da venda da agricultura familiar para o programa.

De acordo com Silva *et al.*, (2021) para minimizar os efeitos negativos e as perdas, as ações coletivas e parcerias vinculadas à solidariedade contribuíram para que os agricultores tivessem outras opções de escoar seus produtos para mercados diversos e até mesmo ajudar redes de doações de alimentos para as populações mais carentes.

Dessa forma, na visão de Oltramari *et al.*, (2020) a diversidade de formas de se comercializar os produtos agrícolas possibilitou que praticamente todos os pequenos produtores rurais pudessem escoar o resultado de seu trabalho, mesmo que em quantidade reduzida. A forma de comunicação mais usada para realizar as transações de venda ou falar com agentes externos foi o telefone celular, por meio do aplicativo de mensagens Whatsapp.

A garantia de fornecimento de itens da agricultura familiar aos estudantes durante a pandemia, é um dos principais desafios para o cumprimento das diretrizes do PNAE. Na perspectiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tem-se recomendações para que durante a pandemia haja continuidade da compra da agricultura familiar. Contudo, a desarticulação entre os diferentes atores e entidades que compõem o PNAE, são fundamentais para essa compra (CARVALHO, *et al.*, 2021).

Ressalta-se a importante estratégia acerca do assessoramento realizado pelos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANEs) para execução do PNAE. As ações adotadas por essas entidades, dizem respeito à formação e assessoramento de todos os atores envolvidos na execução do programa. Assim, com as mudanças ocorridas no PNAE devido a pandemia, tornou-se fundamental o apoio a esses atores em diferentes localidades dos estados e municípios (BRASIL, 2020b; BRASIL, 2020d).

Outro impacto da pandemia na alimentação escolar, está na dimensão sociocultural construída pela escola a partir das diretrizes do PNAE para a alimentação escolar. De acordo com Silva, Amparo-Santos e Soares (2018), o ato de alimentar-se na escola é relevante e configura-se como um importante fator que influencia a construção de hábitos alimentares e de

identidades de crianças e adolescentes, processo que foi abruptamente interrompido pela situação de calamidade de saúde pública.

O PNAE é internacionalmente reconhecido por contribuir com a garantia da segurança alimentar e nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável de milhões de estudantes. Nesse contexto, no período de pandemia e no que a segue, em função do aumento da vulnerabilidade social, o programa assumiu um papel ainda mais valioso de enfrentamento da fome, contudo cabe aos gestores nas diferentes esferas governamentais o enfrentamento dos seus desafios, visto que os índices Insegurança Alimentar e Nutricional, sobretudo a grave, avançam no país.

Para tanto, é importante frisar que as políticas públicas específicas, como o o PNAE, na pandemia, foram essenciais tanto para manter a produção e renda do agricultor familiar e evitar perdas quanto para garantir a oferta de alimentos à população de forte fragilidade socioeconômica, como os alunos da rede escolar e suas famílias.

Conclusão

Conclui-se que os principais impactos da pandemia para a alimentação escolar foram as mudanças necessárias para a sua execução durante o período de suspensão das aulas. Tais mudanças implicaram na implementação de diferentes estratégias.

A distribuição dos kits de alimentação visa a garantia de acesso ao alimento, contudo, a qualidade e quantidade, sobretudo nutricional, dos gêneros alimentícios pode representar um importante impacto à saúde nutricional dos escolares, colocando muitos destes em diferentes graus de Insegurança Alimentar e Nutricional.

Quanto à execução da agricultura familiar, os impactos perpassam pela dificuldade de comercialização. Destacam-se entraves como participação dos agricultores no processo de venda dos alimentos escolares, falta de informação sobre o funcionamento PNAE na pandemia, o que gera o desinteresse dos agricultores, além dos longos processos para o recebimento da verba. Além disso os impactos na produção dos alimentos dificultando o atendimento às demandas

Ressalta-se que os impactos para a agricultura familiar interferem ainda no contexto econômico familiar, uma vez que, famílias tiram da venda para a alimentação escolar, os recursos financeiros para subsistência.

Referências

- ARAUJO, A.L; CANTERI, M.H.G; BITTENCOURT, J.V.M. Agricultura familiar e o impacto do Covid-19 aos Programas de Políticas Públicas - PNAE E PAA. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, p. 49, 2020.
- BANDONI, D.H. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. Revista de Administração Pública, v. 54, n. 4, 2020.
- BRASIL. Cartilha de orientações para a execução do PNAE durante a situação de emergência decorrente da pandemia do Coronavírus - (COVID-19). Brasília – DF. 2020.
- BRASIL. Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, edição 67, seção 1, p. 9, 7 abr. 2020.
- BRASIL. Resolução nº 2, de 9 de abril de 2020. Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus – Covid-19. Diário Oficial da União, Brasília, DF, edição 70, seção 1, p. 27, 13 abr. 2020.
- BRASIL. Resolução FNDE nº 06 de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial. 2020.
- BREITENBACH, R. Participação econômica das atividades de subsistência na agricultura familiar. Redes, v. 23, n. 1, p. 53-68, 2018.
- CARVALHO, G.C.G. et al. Agricultura familiar e alimentação escolar: reflexos da pandemia de COVID-19. Research, Society and Development, v. 10, n. 4, 2021.
- CHAVES, L.G. O programa nacional de alimentação escolar como promotor de hábitos alimentares regionais. Revista de Nutrição, v. 22, n. 6, p. 857-866, 2019.
- FREITAS, M. C. S.; PENA, P. G. L. Fome e pandemia de Covid-19 no Brasil. Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia, v. 8, n. 1, p. 34-40, 2020.
- LIMA, A. F.; SILVAA, E. G. de A.; IWATA, B. de F. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. Retratos De Assentamentos, v. 22, n. 1, p. 50-68, 2019.

- NOGUEIRA, V.G.C; MARCELINO, M.Q.S. Covid-19: impactos e estratégias para a comercialização de alimentos da agricultura familiar no DF. *Revista de Política Agrícola*, v. 30, n. 1, 2021.
- OLIVEIRA, T. C.; ABRANCHES, M. V.; LANA, R. M. (In): Segurança alimentar no contexto da pandemia por Sars-CoV-2. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 4, p. e00055220, 2020.
- OLTRAMARI, K. et al. Estratégias de enfrentamento da pandemia covid-19 na alimentação escolar do município de Curitiba – PR. *Revista Contexto & Saúde*, v. 20, n. 41, p. 80–89, 2020.
- PIRES, R.R.C. Os efeitos sobre grupos sociais e territórios vulnerabilizados das medidas de enfrentamento à crise sanitária da COVID-19: propostas para o aperfeiçoamento da ação pública. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. 2020.
- ROTHER, E.T. Revisão sistemática X revisão narrativa. Editorial. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 20, n. 2, 2007.
- SCHNEIDER, Sergio et al. Os efeitos da pandemia da COVID-19 sobre o agronegócio e a alimentação. *Estudos Avançados*, v. 34, n. 100, p. 167-188, 2020.
- SILVA, D. S. da C.; SANTOS, M. B. dos; SOARES, M. J. N. Impactos causados pela COVID-19: um estudo preliminar. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, v. 15, n. 4, p. 128-147, 2020.
- SILVA, T.T.O. et al. Alimentação escolar em tempos de COVID-19: o papel do centro colaborador em alimentação e nutrição no estado do Rio Grande do Norte. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 28, p. 1-9, e021004, 2021.